



EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESENCIAL E A DISTÂNCIA: ALGUMAS ANÁLISES A PARTIR DOS CENSOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

FACE-TO-FACE AND DISTANCE HIGHER EDUCATION: SOME ANALYSIS BASED ON HIGHER EDUCATION CENSUS

Miguel Alfredo Orth²

Patrícia Kayser Vargas Mangan³

DOI: 10.5281/zenodo.10672597

Resumo:

O objetivo deste artigo é investigar a evolução histórica da educação superior presencial e a distância no país, com base nos censos da educação superior nas duas últimas décadas e quanto ao número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes. Metodologicamente fundamentamos este nosso estudo empírico na revisão de literatura e na análise de dados secundários disponibilizados pelo governo federal. Para fundamentá-lo teoricamente buscamos dialogar com alguns autores que discutem o contexto maior deste estudo e também com os teóricos que problematizam as modalidades a Distância e Presencial de Educação e os dados sobre os Censos da Educação Superior. Entre os resultados deste estudo, destacamos ainda que as informações obtidas pelos Censos nos revelaram que as atuais políticas públicas brasileiras são continuidade das existentes nas duas últimas décadas. Além disso, observamos que, nesse período ou, mais precisamente, ao longo de toda década de 2000 e da primeira metade da década de 2010 o país foi governado por políticos de centro-esquerda e que, enquanto tal, buscaram incentivar e criar um conjunto de políticas públicas capazes de reforçar e ou de implantar projetos educativos que valorizassem a cidadania, a participação e a consolidação de um projeto democrático para o país. Porém, esse projeto de país começou a ser questionado pela centro-direita, provocando assim um conjunto de contradições, por meio de seu projeto de educação e de país neoliberal, e que, enquanto tal, tinha prevalecido, ao longo de toda década de 1990 e na segunda metade da década de 2010.

Palavras-chave: Educação Presencial e a Distância; Censo da Educação Superior; Expansão da Educação Superior; Alunos ingressantes e concluintes.

Abstract: This paper aims to investigate the historical evolution of face-to-face and distance learning higher education in our country, based on census of higher education in the last two decades and regarding the number of courses, enrollments, freshmen and graduates. Regarding the methodology, we base our empirical study on the literature review and on the analysis of secondary data made available by the federal government. As a theoretical basis for this research, we seek to dialogue with some authors who discuss the larger context of this

¹ Esta pesquisa possui financiamento FAPERGS, IES1 e IES2.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Universidade La Salle de Canoas.

study, as well as the authors who problematize the distance and face-to-face education modality and the data on the Higher Education Census. Among the results of this study, we highlight the information from the Census revealed to us that current Brazilian public policies are a continuation of those existing over the past two decades. In addition, during this period, we observed that, more precisely throughout the 2000s and the first half of the 2010s, the country was governed by center-left politicians who, as such, sought to encourage and create a set of public policies capable of reinforcing and/or implementing educational projects that value citizenship, participation, and the consolidation of a democratic project for the country. However, this country project began to be questioned by the center-right, thus provoking a set of contradictions, through its education project and neoliberal country, and which, as such, had prevailed, throughout the decade of 1990s and the second half of the 2010s.

Keywords: Face-to-face and Distance Education. Higher Education Census. Expansion of Higher Education. Freshmen and graduates.

1 INTRODUÇÃO

Neste nosso estudo, procuramos investigar a educação superior presencial e a distância, a partir dos Censos da Educação Superior do Brasil, com foco nos alunos ingressantes e concluintes de ambas as modalidades de educação. Além disso, buscamos tabular e problematizar os dados coletados pelos Censos da Educação Superior realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nas duas últimas décadas, no intuito de desvelar e entender o caminho seguido pela Educação Superior, para que os jovens e os adultos tivessem o acesso e a permanência garantida na Educação Superior.

De fato, ao longo das três últimas décadas, a educação superior brasileira se organizou em todo o país, como revela nossa leitura flutuante sobre os relatórios dos Censos da Educação Superior disponibilizados pelo INEP, e por parte da literatura aqui analisada (AUTORES, 2019), (GATTI, 2011), entre outras literaturas. Procuramos também estudar mais a fundo os dados e ou as informações disponibilizadas pelo INEP, em especial as informações atinentes aos Censos da Educação Superior do Brasil das duas últimas décadas.

Esta pesquisa se justifica na medida em que problematiza a Educação presencial e a educação a distância a partir da LDB 9.394/96, mais especificamente a partir da regulamentação do seu artigo 80, por meio do Decreto Lei nº. 2.494, de 10/04/1998, cujos artigos 11 e 12 foram alterados pelo Decreto nº. 2.561, de 27/04/1998, bem como a partir da Portaria do MEC nº 301/98, que regulamentou o artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e possibilitou que a educação a distância passasse a constar na LDB como mais uma modalidade de educação. Além disso, essa modalidade de educação, a partir de 2001, passou a ser contemplada pelos Censos da Educação Superior do INEP, por

meio de seus relatórios, enquanto mais uma modalidade de educação a ser considerada na pesquisa anual do INEP sobre os Censos da Educação⁴ Superior.

Metodologicamente, procuramos trabalhar com uma abordagem quanti/qualitativa, na medida em que procuramos tabular três categorias⁵ dos dados e ou de informações dos Censos da Educação Superior, quais sejam: o conjunto de cursos oferecidos, cada ano e o número de matrículas, ingressantes e concluintes de cada ano e suas porcentagens. Além disso, procuramos destacar um conjunto de contradições que emergiram deste nosso estudo e que vamos denominar “categorias”, além de buscarmos trabalhar com uma pequena revisão de literatura e uma boa pesquisa documental, em especial por meio do estudo dos Censos da Educação Superior nas duas últimas décadas (TRIVIÑOS, 1994).

Desse modo, procuramos trabalhar com a pesquisa quanti/qualitativa, em especial no 3º subitem, na medida em que elaboramos duas tabelas sobre a temática, no intuito de apresentar ao leitor uma síntese da pesquisa documental, ao tabularmos, por meio de números e de porcentagens de alunos/estudantes que estudavam em cada categoria⁶ aqui discutida e analisada.

Na revisão de literatura procuramos trabalhar com teóricos que nos ajudassem a fundamentar teoricamente o presente estudo, bem como nos ajudassem a escolher e a estudar as quatro categorias que pesquisamos aqui, quais sejam: o contexto geral da educação e do neoliberalismo; as políticas públicas para a educação; a educação superior no Brasil; o contexto da educação presencial e a distância (LIMA; MIOTO, 2007; e MARCONI e LAKATOS, 2007).

Já na pesquisa documental buscamos identificar informações factuais em documentos, a partir das questões e hipóteses de interesse levantadas pelos pesquisadores (LÜDKE & ANDRÉ 1986). Neste caso específico, os documentos restringiram-se principalmente aos dados brutos dos Censos da Educação Superior do país, realizados e disponibilizados pelo INEP anualmente, a partir da década de 2000 e até a década de 2020. Esses dados e informações recolhidos nos ajudaram a estudar, sistematizar e entender as categorias

⁴ Temos consciência de que, ao se falar do último nível de Ensino e ou de Educação, ora se faz uso da palavra “Ensino” e ora a palavra “Educação”. Neste artigo, no entanto, vamos fazer uso do Termo “Educação” porque, diferentemente da LDB, que ainda usa o termo “Ensino” ao referir-se ao terceiro nível de estudo, mas nos Censos da Educação Superior aqui problematizados aparece, na maioria das vezes, o termo “Educação”.

⁵ Temos consciência de que muitos leitores preferem usar o termo “temática” para determinar genericamente um assunto a ser problematizado, mas nós preferimos denominar estas temáticas por categoria, por questões teóricas e para não poluir o texto.

⁶ Denominamos aqui por categoria os cinco pontos e ou as cinco palavras que norteiam esta pesquisa tanto do ponto de vista da modalidade de educação a distância, como a modalidade presencial, quais sejam: O nº de Cursos; o nº de alunos ingressantes; o nº de alunos matriculados e o nº de alunos concluintes de cada modalidade de Educação.

priorizadas neste estudo, quais sejam: cursos, matrículas, ingressantes e concluintes da modalidade presencial⁷ e a distância⁸ de educação.

Todo o material encontrado foi submetido a uma triagem, a partir do foco e do objetivo deste estudo, o que, além de nos ajudar a estabelecer um plano de trabalho sistemático e atento de leitura e releitura dos materiais recolhidos, gerou uma série de tabelas e figuras sínteses, que foram estudadas e analisadas ao longo do artigo. Assim, buscamos selecionar e tabular um conjunto de dados e ou informações sobre o número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes de ambas as modalidades de educação.

Este trabalho foi muito exaustivo, visto que os dados e ou informações do INEP não seguiram um modelo padrão para serem disponibilizados para os pesquisadores, exigindo assim muita concentração e determinação para que pudéssemos buscar e ou apurar, com cuidado, responsabilidade e cientificidade todos os dados e ou informações necessárias para fechar o presente estudo, e na sequência, tabular essas informações com base nas categorias escolhidas. As duas tabelas criadas para sintetizar o conjunto de informações buscadas, contêm, na primeira linha horizontal os anos pesquisados e na primeira linha vertical as categorias aqui escolhidas e pesquisadas.

Quanto à estrutura do artigo, cabe destacar que, inicialmente procuramos explicitar o objetivo, a justificativa e a metodologia empregada na sua escrita, além de apresentarmos a sua estrutura; na sequência, pontuamos rapidamente o contexto maior do mesmo, bem como buscamos apresentar o contorno teórico do estudo. Além disso, organizamos em duas tabelas as informações colhidas por meio da pesquisa documental, bem como explicitamos o contexto no qual foi feita essa coleta de informações. Na sequência buscamos, junto ao INEP, um conjunto de informações prévias que envolvem os Censos da Educação Superior do país e das Tecnologias da Informação e da Comunicação ao longo do século XXI. Depois, organizamos as informações recolhidas e tratadas pelos diferentes censos sobre a Educação Superior brasileira desde o ano de 2000 até 2020, pelo INEP, para, só então, partir para a análise e a discussão das informações recolhidas, com base na revisão de literatura e na análise documental, seguida por algumas considerações finais do estudo realizado e aqui publicizado.

⁷ A Educação Presencial é aquela educação que valoriza a presencialidade do professor, do aluno, da equipe diretiva e de um espaço escolar específico, para que ambos aprendam e ensinem.

⁸ A Educação a Distância é aquela educação que valoriza mais a não presencialidade do aluno e do professor, além de fazer uso de Tecnologias da Informação e de Comunicação (TICs), para se efetivar o processo de ensino e de aprendizagem. Essa educação pode ser síncrona ou assíncrona, porém não trabalha com uma noção de tempo e de espaço distinto do Educação Presencial.

2 ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS DO PRESENTE ESTUDO

Do ponto de vista teórico, buscamos dialogar com diversos autores, mas em especial, com Santos (2002), Torres (1996), Litto e Formiga (2009), ao discutirmos o contexto geral da educação e do neoliberalismo; Dourado (2011), Carneiro, (2018), Gatti (2011), ao discutirmos os desdobramentos dessas políticas com as políticas públicas da educação; e, com Moore e Kearsley (2010), Litto e Formiga (2009), ao discutirmos as políticas públicas no contexto da educação presencial e a distância, entre tantos outros(as) autores(as), com os quais dialogamos de forma direta e indireta, ao longo do artigo.

Para os teóricos da Educação a Distância, essa política pública é entendida como uma modalidade de educação na qual os alunos e os professores se encontram separados entre si, de forma física e temporal, motivo pelo qual se faz necessário utilizar as tecnologias da informação e da comunicação, para que ambos possam interagir entre si e apreender na modalidade de educação a distância.

Aliás, os teóricos americanos Moore e Kearsley (2010) entendem que a Educação a Distância é definida como um conjunto de métodos instrucionais, por meio dos quais e ou a partir dos quais as ações dos professores levam os alunos a executarem suas ações e ou seus contatos com o auxílio das máquinas e da internet. Assim, os sujeitos da educação buscam interagir entre si, por meio de diferentes ações educativas, auxiliadas por metodologias, técnicas e tecnologias que, por sua vez, desencadeiam em ambos os sujeitos envolvidos no processo educativo um conjunto de interações, colaborações e diálogos, que, por sua vez, desencadeiam um conjunto de ações que se efetivam em tempos e lugares distintos. Aliás, uma das características da educação efetivada na modalidade a distância,

[...] é a flexibilidade, ou seja, o aluno pode assistir as aulas no horário e local que preferir, basta que ele esteja conectado à internet pelo seu computador, tablet ou smartphone. Essa modalidade de ensino é ideal para quem possui uma agenda agitada, mas busca estar qualificado e atualizado para o mercado de trabalho (BRASIL 2005, art. 02).

Já na modalidade de Educação presencial, os alunos, mesmo não renunciando à interação com os colegas e com o professor, de forma diária e direta, valorizam mais as oportunidades educacionais e de formação, em um mesmo horário e em um mesmo lugar. Segundo o programa Educa Brasil (2022), essa

É a modalidade de ensino mais tradicional. Todo o **conteúdo do curso é exibido em sala de aula**, onde os alunos e professores se reúnem todos os dias de forma presencial. Os horários de aula seguem um calendário e respeitam o turno do curso, que pode ser matutino, vespertino ou noturno. Outra característica é que, para ser aprovado, o aluno precisa atingir pelo menos 75% de frequência nas aulas, contabilizada a partir da presença do aluno em sala de aula (BRASIL, 2022).

Esta nossa discussão teórica e prática da educação superior brasileira nas modalidades presencial e a distância, a partir dos Censos da Educação Superior das duas últimas décadas, também buscou levar em conta o contexto maior do estudo, porém, sempre balizado pela categoria aqui discutida e que serviu de base para a elaboração e promulgação da LDB 9.394 de 1996, bem como de sua legislação regulatória, sem, no entanto, esgotá-la, visto que este seu contexto maior já foi amplamente discutido por diferentes teóricos da área.

Porém, não podemos deixar passar em branco a base regulatória, visto que, no Brasil, a discussão, elaboração, aprovação e promulgação da LDB 9.394/96 que até hoje é vista como um exemplo clássico de política neoliberal aprovada pelas duas casas legislativas e endossada pelo poder executivo do país, enquanto mais uma política pública que se valeu de um conjunto de estratégias para impor à nação brasileira todo um conjunto de políticas educacionais, inspiradas no modelo neoliberal de ser e de educar e que chegou ao seu auge no país na década de 1990. Para entendermos melhor todo esse projeto neoliberal no país e no mundo como um todo, recorreremos a Santos (2002), que entende a globalização e ou o neoliberalismo como,

[...], um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico, há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico actua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros. É esse consenso que não só confere à globalização as suas características dominantes, como também legitima estas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas [para o atual momento histórico] (SANTOS, 2002, p. 27).

Este excerto, entre outros, nos leva a apreender que existem inúmeros elementos e ou aspectos desse modelo de sociedade que nos permitiram entender que toda nova construção de consenso exige que se dialogue, interaja com o outro, e ou com o diferente, e ou mesmo a inercia dos sujeitos envolvidos com um determinado modelo de educação, em um determinado período histórico, e ou que até mesmo uma determinada política pública se sobreponha sobre outra para, assim, se legitimar.

Porém, para se contornar e enfrentar essas contradições e ou esses diferentes conflitos culturais, sociais e políticos, que o modelo neoliberal busca engendrar na educação, é preciso tempo, vontade política e muita habilidade e, sobretudo, um jogo democrático maduro e que saiba dialogar com todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, mas, em especial, com os educadores, os pesquisadores e a sociedade como um todo, no intuito de se ler e entender a realidade escolar e, assim, educar o cidadão do século XXI, bem como para não se deixar levar e ou dominar pelo modelo neoliberal de educação. Além disso, temos consciência de que, muitas vezes, ao se estudar uma política educacional de um determinado bloco, país,

região, estado ou município, caímos facilmente nas amarras do neoliberalismo porque, muitas vezes, os educadores não têm claro e nem conhecem o jogo político instalado e ou pretendido pelo poder público.

E quando falamos das políticas educacionais, precisamos ficar atentos às políticas que o Banco Mundial (BM) decide e busca implantar nos diferentes países do mundo, uma vez que essas políticas são acompanhadas de generosos recursos, mesmo que os resultados nem sempre sejam alcançados no seu todo. Para entendermos melhor essas políticas educacionais do BM extraímos do artigo da Rosa Maria Torres, no livro: *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*, o excerto que segue.

Sustentamos, por último, que o referido pacote e ou modelo [de educação, aprovado e que,] vem se desenvolvendo, ao invés de contribuir para a mudança no sentido proposto – melhorar a qualidade e a eficiência da educação - e de maneira específica, os aprendizados escolares na escola pública e entre os setores sociais menos favorecidos. [Aliás,] essa, em boa medida, vem reforçando as tendências predominantes no sistema escolar e na ideologia que a sustenta. Ou seja, as condições objetivas e subjetivas que contribuem para produzir ineficiência, má qualidade e desigualdade no sistema escolar (Torres 1996, p.127).

Em 2005, Jacques Delors, a pedido da Unesco, organizou o livro: *A Educação para o século XXI: Questões e perspectivas*. Esse livro tinha a intenção de fundamentar e direcionar a educação do século XXI. Nesse intuito, o Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, propôs quatro princípios básicos para a educação, quais sejam: “Aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e ou, com os outros; e aprender a ser” (Delors, 1999). Além disso, esse relatório defendia também a criação de cursos de graduação curtos, porém com cursos de atualização e ou de especialização constantes ao longo de toda a vida.

Já Dourado (2011), ao lançar o livro: *Plano Nacional de Educação (2001-2020): Avaliações e perspectivas* convidou um grupo de professores pesquisadores para avaliar o I Plano Nacional de Educação, bem como buscou questionar o antigo e o novo Plano Nacional de Educação, no intuito de provocar e avançar no debate sobre as políticas educacionais do país, visto que estava sendo construído democraticamente um novo Plano Nacional de Educação, com a ajuda dos diferentes poderes constituídos e da sociedade organizada.

Já quanto à educação superior, tivemos o cuidado de aprofundar nosso conhecimento nesse nível de Educação por meio da leitura flutuante dos próprios documentos do INEP sobre o tema, mas em especial, as sinopses estatísticas dos Censos da Educação Superior do Brasil dos últimos doze anos, entre outras discussões. Aliás, o INEP é reconhecido mundialmente enquanto uma das bases de dados mais importantes, confiáveis e completas sobre a educação brasileira, motivo pelo qual buscamos extrair dessa base de dados o conjunto de dados e ou informações sobre o total de cursos de cada modalidade de educação

existentes no país, bem como buscamos tabular esses dados a partir do número de alunos matriculados na educação presencial e a Distância, o número de ingressantes e concluintes de cada modalidade de educação, com o objetivo de descrever, sistematizar e informar os diferentes pesquisadores e o público em geral e assim, ajudar a repensar as políticas públicas mais adequadas para a área.

Essas políticas públicas, a partir da década de 1990, em especial depois que a Unesco publicou o relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI e depois que foi promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN) 9.394/96, também passou a privilegiar cursos de formação inicial mais enxutos e ampliaram-se as políticas de formação continuada de professores, em ambas as modalidades de educação, como propunha a Unesco (DELLORS, 1999).

3 O CONTEXTO MAIOR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA SEGUNDO OS CENSOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR⁹

Antes de adentrarmos na descrição e discussão dos dados coletados junto aos Censos da Educação Superior do INEP, a partir da categoria da Educação Presencial e a Distância, bem como a partir das categorias de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes, gostaríamos de explicitar e entender melhor o contexto no qual este artigo se insere. Porém, antes, é bom lembrar que a modalidade de Educação a Distância (EaD), historicamente, era um modelo de ensino destinado a formar, de maneira aligeirada, trabalhadores das diferentes áreas técnicas, por meio de cursos técnicos de Ensino Médio, cursos de especialização, bem como de cursos livres em nível Fundamental e de cursos de alfabetização de jovens e adultos, para que estes soubessem ler e escrever, agregando assim, ‘valor’ a seu trabalho (AUTOR, 2010 e INEP, 2020).

Nesse contexto, essa modalidade de Educação passou a ser utilizada, prioritariamente, na oferta de cursos livres e técnicos de nível médio – técnico-profissionalizantes - motivo pelo qual eram considerados cursos de segunda categoria e ou cursos não sérios. A partir do final do século XX e início do século XXI essa modalidade de Educação começou a migrar rapidamente para o nível superior, levando, inclusive, esse seu rótulo de ‘ser uma formação

⁹ Obs. Além das citações que se fazem presente neste subitem, reconhecemos que, muitas das questões abordadas neste subitem, não foram escritas por grandes teóricos, mas estão sendo apresentados didaticamente por estes pesquisadores que ao longo de seus trinta anos de magistério e quinze anos de pesquisa na área repensaram com base em suas leituras e debates. Deste modo, temos consciência de que, no mesmo, buscamos organizar, descrever, discutir e reescrever grande parte da história da EaD do país, buscando trazer um conjunto de saberes que ajudem a entender essa história da EaD no país.

considerada não seria', mesmo estando amparada e legitimada pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela LDB nº 9.394/96, em especial por meio de seu artigo 87, parágrafo 04, inciso 04, bem como por meio dos artigos 80 e 81 da LDB e sua legislação complementar, como o destacam autores como Carneiro 2018; Dourado (2011); Aranha (2006); AUTOR (2010); e AUTORES (2019), entre tantos outros.

Desse modo, a partir de meados da década de 1990, na medida em que os custos de transmissão começaram a cair no país, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) começaram a criar os primeiros ambientes virtuais de ensino e de aprendizagem na modalidade a distância, revolucionando assim a educação, já que os processos de ensino e de aprendizagem a distância ajudaram a criar mais uma modalidade de educação em nível superior. (BRASIL, (2020); AUTOR, (2010); AUTORES, (2019).

Outro aspecto muito importante e que se levou em conta neste estudo foi o fato de que, entre a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 criou-se um hiato de espaço e de tempo que possibilitou a criação de diferentes experiências no campo da educação, uma das quais foi o da Educação a Distância.

Assim, muitas instituições de educação superior (IES), principalmente privadas, começaram a ocupar esse hiato de regramento na área, para oferecer cursos livres e de especialização na modalidade a distância e depois começaram a oferecer também cursos e disciplinas de graduação na modalidade a distância. E assim, a educação a distância que já existia na Educação Básica, começou a migrar para o nível superior, com base no artigo nº 206 e 214 da Constituição Federal de 1988 e de vários artigos da LDB 9.394/96, em especial, com base em seus artigos 35, 36, 39, 47, 80, 81 e 87 (BRASIL, 1996).

Esse movimento educacional começou a se espalhar rapidamente, de sorte que, a partir do século XXI, as políticas públicas governamentais passaram a criar um conjunto de leis complementares, para passar a operacionalizar e normatizar as diferentes modalidades de educação. E o conjunto de pesquisas realizadas na área, ao longo da década de 1990, fez com que os governos federal, estadual e municipal passassem a se sentir pressionados por professores, pesquisadores, instituições públicas e privadas de educação para operacionalizar e atualizar a legislação educacional na área.

Nessa época, mesmo que ainda não existisse uma discussão teórica adequada em torno da EaD, muitas IES começaram a utilizar a modalidade de Educação a Distância para oferecerem diferentes cursos de formação continuada, nessa modalidade, com base nos Decretos nº 2.494/1998 e 2.561/1998, e que depois foram substituídos pelo Decreto

Presidencial nº 5.622 de 2005 e, em 2017, pelo Decreto nº 9.057, de 2017. Já a Portaria do MEC nº 301/1998, em 2004, foi substituída pela Portaria Ministerial nº 4.361/2004, entre outros Decretos e Portarias. Além disso, o governo federal criou, por meio do Decreto nº 5.800/2006, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) no intuito de ajudar as universidades federais e os institutos federais de educação a atuarem também na modalidade a distância.

De fato, existe algo novo na educação escolarizada e que precisa ser problematizado e discutido, para que alunos, professores e escolas possam acolher a EaD, enquanto algo novo e diferente para a área educacional. Estudantes muitas vezes moravam longe das IES e tinham problemas de tempo, por isso também começaram a optar pela EaD. Já a questão do espaço, estava mais ligada às instituições, uma vez que essas, muitas vezes, apresentavam carência de espaços para poderem abrigar todos os alunos da instituição. Frente a tudo isso nos propusemos a discutir, neste artigo, de forma especial, as modalidades de educação presencial e da educação a distância, a partir das categorias: cursos, matrículas, ingressantes e concluintes da educação superior.

A escolha dessas categorias está intimamente ligada com toda uma discussão acadêmica e social que buscou, ao longo das últimas décadas, problematizar a Educação Presencial e a Distância, a partir de suas diferenças e semelhanças, entre outras discussões sobre o tema. Aliás, esse foi um dos motivos pelo qual procuramos compilar os dados dos Censos da Educação Superior do INEP, para que, desse modo, pudéssemos mostrar e discutir, a partir de números comparativos, a Educação Presencial e a Educação a Distância, ao longo das duas últimas décadas. O mesmo também ocorreu quanto ao número de alunos matriculados, ingressantes e concluintes de ambas as modalidades de educação.

Assim, com base nas informações colhidas dos Censos do INEP sobre a educação superior presencial e a distância, organizamos duas tabelas, para que pudéssemos observar, comparar e analisar um conjunto de dados pesquisados junto ao INEP sobre as modalidades presencial e a distância de educação superior, bem como nos propusemos a discutir outras categorias, como as que envolvem o número de cursos, de alunos matriculados, de alunos ingressantes e concluintes. Fizemos essa discussão no intuito de contribuir cientificamente com a discussão em torno da temática, para que pudéssemos detectar caminhos possíveis para ajudar a repensar a educação escolarizada ao longo do século XXI.

Aliás, as tabelas 01 e 02, logo abaixo, reforçam esses e outros argumentos sobre o tema em questão, quais sejam, o de problematizarmos o fenômeno em estudo a partir das duas modalidades de educação: o da Educação Presencial e o da Educação a Distância e o de problematizarmos quatro categorias: das matrículas, dos cursos, dos ingressantes e dos

concluintes. Categorias essas que foram organizadas em duas tabelas, alimentadas por dados e ou informações recolhidas dos Censos da Educação Superior do INEP, ao longo da década de 2000 e de 2010.

Tabela 01 – Dados dos Censos da Educação Superior no período de 2000 a 2009, a partir de quatro categorias.

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Categorias										
Cursos EaD	10 0,09%	16 0,13%	46 0,32%	52 0,32%	107 0,57%	185 0,90%	349 1,55%	408 1,71%	647 2,55%	844 2,94%
Cursos Presenciais	10.585 99,91%	12.155 99,87%	14.399 99,68%	16.453 99,68%	18.644 99,43%	20.407 99,10%	22.101 98,45%	23.488 98,29%	24.7199 7,45%	27.8279 7,06%
Matrículas EaD	1.682 0,06%	5.359 0,17%	40.714 1,04%	49.911 1,27%	59.611 1,41%	114.642 2,51%	207.206 4,24%	369.766 7,04%	727.961 12,53%	838.125 14,08%
Matrículas Presenciais	2.694.24 5 99,94%	3.030.7 54 99,82%	3.479.9 13 98,84%	3.887.0 22 98,76%	4.163.7 33 98,59%	4.453.1 56 97,49%	4.676.6 46 95,76%	4.880.3 81 92,96%	5.080.0 56 87,47%	5.115.896 85,92%
Ingressantes EaD	5.287 0,58%	6.618 0,63%	20.685 1,69%	14.233 1,11%	25.006 1,88%	127.014 8,33%	212.246 12,78%	302.525 16,95%	430.259 22,22%	332.469 17,42%
Ingressantes Presenciais	897.557 99,41%	1.036.6 90 99,37%	1.205.1 40 98,31%	1.262.9 54 98,89%	1.303.1 10 98,12%	1.397.2 81 91,67%	1.448.5 09 87,22%	1.481.9 55 83,05%	1.505.8 19 77,78%	1.732.613 83,90%
Concluintes EaD	0 0%	131 0,03%	1.712 0,37%	4.005 0,70%	6.746 1,07%	12.626 1,73%	25.804 3,38%	29.812 3,79%	70.068 8,05%	132.269 13,81%
Concluinte Presencial	352.305 100%	395.988 99,97%	466.260 99,63	528.223 99,25%	626.617 98,93%	717.858 98,27%	736.829 96,62%	756.799 96,21%	800.318 91,95%	826.928 86,19%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados dos Censos da Educação Superior de 2000 a 2009 do INEP. (BRASIL 2020).

Assim, a partir da tabela 01, logo acima, é possível subtrair-se que, na década de 2000, a modalidade de educação a distância começou a crescer muito em número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes, de sorte que, já em 2008, essa modalidade de educação passou a representar 22,22%, do total de matrículas solicitadas em nível de Educação Superior do país (BRASIL, 2020).

Além disso, também é possível observarmos nessa tabela que, a partir de 2005, o número de alunos matriculados na modalidade a distância passou a dobrar anualmente, tanto como o número de cursos, o que, aliás, se repetiu também nos anos subsequentes. Já quanto ao número de alunos concluintes, é possível constatar que, a partir de 2005, a duplicação das conclusões também começou a dobrar ano a ano. Esses dados/informações nos chamaram a atenção, bem como nos levaram a buscar as eventuais causas desse movimento, do fenômeno em estudo e de seu crescimento anual bastante significativo, quanto ao seu número de matrículas, ingressantes e concluintes, principalmente ao se calcular e analisar a porcentagem de cada categoria.

Entre as possíveis causas desse crescimento acima do normal nas categorias aqui pesquisadas, destacamos o fato de que, em 2004, foi regulamentado em outra base o artigo 81 da LDB de nº 9.394/96, por meio da Portaria nº 4.059/04, que revogou a portaria nº 2.253/01, ocorrendo o mesmo com o artigo 80 da LDB. Porém, esse artigo da LDB foi regulamentado por meio do Decreto presidencial nº 5.622/05, que revogou os decretos nº 2.494 e 2.564 de 1998, regulamentando assim o artigo 80 da LDB em novas bases. Essas e outras legislações ajudaram no aumento de alunos e cursos, bem como aprofundaram o crescimento anormal da EaD, além de ajudar na criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006. Aliás, todo esse crescimento da EaD, em especial entre os anos de 2005 e 2006 e nos anos subsequentes, está diretamente ligado com a criação e a expansão da UAB no país.

Já quanto à modalidade de Educação presencial se observa que, ao longo da década de 2000 há um lento decréscimo e, por vezes, uma pequena estabilidade quanto ao número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes. Desse modo, é possível abstrair-se que, ao longo da década de 2000, houve um aumento muito grande de estudantes que passaram a preferir estudar, por diversas razões, na modalidade de educação a distância, o que, aliás, levou o poder público a regulamentar essa modalidade de educação em uma nova base, mas que, mesmo assim, não conseguiu frear e ou desacelerar esse crescimento acima do normal. Aliás, esse novo regramento da Educação a Distância em absoluto aumentou o número de alunos matriculados na modalidade presencial, que manteve um lento crescimento, quanto ao número de alunos em nível superior, mas cujo crescimento não foi um reflexo do regramento da EaD. À medida em que avançamos nesta pesquisa constatamos que esses dados e ou informações começaram a ficar claros, ou melhor, verificamos o aumento do conflito entre os professores e os alunos, uma vez que as contradições inerentes às modalidades de educação

presencial e a distância começaram a provocar, em muitos professores e alunos, uma luta teórica e prática abrangendo todos os sujeitos da educação.

A Tabela 02, logo abaixo, apresenta os dados do Censo da Educação Superior quanto ao número de cursos que são ofertados nas modalidades presencial e a distância entre os anos de 2010 e 2020. Essas duas temáticas perpassam todas as tabelas e mostram que, nesse período histórico, houve um crescimento constante de ambas as modalidades de educação. Numa análise mais atenta observamos que a EaD teve um crescimento proporcional muito maior do que a educação presencial, como aliás já foi observado na tabela anterior.

Tabela 02 – Dados dos Censos da Educação Superior no período de 2010 a 2020, a partir de quatro categorias (Continuação).

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Categorias											
Cursos EaD	930 3,15%	1.044 3,43%	1.148 3,60%	1.258 3,93%	1.365 4,15%	1.473 4,40%	1.662 4,84%	2.108 5,96%	3.177 8,37%	4.529 11,20%	6.116 14,7%
Cursos Presenciais	28.577 96,85%	29.376 96,57%	30.718 96,40%	30.791 96,07%	31.513 95,85%	32.028 95,60%	32.704 95,16%	33.272 94,04%	34.785 91,63%	35.898 88,80%	35.837 85,3%
Matrículas EaD	930.179 14,58%	992.927 14,80%	1.113.850 15,83%	1.153.572 15,79%	1.341.842 17,14%	1.393.752 16,72%	1.494.418 18,57%	1.756.982 21,83%	2.056.511 24,34%	2.450.264 28,48%	3.105.803 35,8%
Matrículas Presenciais	5.449.120 85,42%	5.746.762 85,27%	5.923.838 84,17%	6.152.405 84,21%	6.486.171 82,86%	6.633.545 82,64%	6.554.283 81,43%	6.529.681 81,13%	6.394.244 75,66%	6.153.560 71,52%	5.574.551 64,2%
Ingressantes EaD	380.328 17,43%	431.597 18,39%	542.633 19,75%	515.405 18,79%	727.738 23,39%	694.559 23,78%	843.181 28,15%	1.073.499 733,27%	1.373.321 39,85%	1.591.789 943,82%	1.756.496 47%
Ingressantes Presenciais	1.801.901 82,57%	1.915.098 81,61%	2.204.456 80,25%	2.227.545 81,21%	2.383.110 76,61%	2.225.663 76,22%	2.142.463 71,85%	2.152.752 66,73%	2.072.614 60,15%	2.041.126 56,18%	2.008.979 53%
Concluintes	144.553	151.553	174.322	161.072	189.788	233.704	230.717	252.163	273.873	316.039	400.393

EaD	3	2	16,60%	16,25%	18,48%	20,32%	19,73%	21,0%	21,66%	25,28%	31,3%
	14,84 %	14,91%									
Concluintes. Presenciais	829.28	865.16	876.091	829.938	837.304	916.363	938.732	947.606	990.415	934.037	878.22
	685,16 %	1 85,09%	83,40%	83,75%	81,52%	79,68%	80,27%	78,98%	78,34%	74,72	9 68,7%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados dos Censos da Educação Superior de 2010 a 2020 do INEP. (BRASIL, 2020).

Analisando atentamente a tabela nº 02 é possível observar que a modalidade de Educação a Distância, ao longo da década de 2010, continua mantendo um bom índice de crescimento nas diferentes categorias aqui pesquisadas e, a partir de 2015, o aumento no número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes praticamente dobrou. Um melhor entendimento dessa migração de alunos da modalidade de educação presencial para a modalidade a distância pode ser verificado na categoria – Matrículas, das tabelas 01 e 02.

Quanto ao número de matrículas que apareceram na tabela 01 e 02, podemos verificar que houve um considerável crescimento ao longo das décadas de 2000 e 2010, porém, na primeira metade da década de 2010 observamos que, em vários momentos ocorreu uma leve estabilização e ou até mesmo um pequeno decréscimo quanto ao número de alunos matriculados, ingressantes e concluintes em ambas as modalidades de educação. A partir de 2016, voltou a existir um novo crescimento na modalidade de educação a distância e, na modalidade presencial, começamos a observar um pequeno decréscimo, quanto ao número de alunos matriculados e ingressantes; no número de alunos concluintes observamos ainda um pequeno crescimento.

Porém, o que mais nos chamou a atenção nesse período, foi o fato de que, a partir de 2016, mesmo em meio de toda uma conjuntura política adversa, a modalidade de Educação a distância passou a crescer percentualmente mais do que a modalidade de educação presencial, ou seja, a partir de 2016, a modalidade presencial de educação começou a desacelerar lentamente no número de alunos em cada categoria analisada. Creditamos esse fato ao realinhamento político ocorrido no país entre os anos de 2016 e 2019, bem como à pandemia do Covid-19 que assolou o país entre os anos de 2020 e 2021.

Esses dados e ou informações também nos mostraram que, diferentemente do que diziam os teóricos tradicionais e seus políticos sobre a Educação a Distância, essa modalidade de Educação veio para ficar e, inclusive, vai passar a ocupar uma boa fatia da Educação Nacional, algo em torno de 40 a 60% dos alunos da Educação Superior. Esse crescimento está

demonstrado nas tabelas 01 e 02, principalmente por meio dos dados sobre as instituições de ensino, seus cursos, suas matrículas, seus alunos ingressantes e concluintes de ambas as modalidades de educação, o que, aliás fica bem mais claro quando se faz a análise a partir da porcentagem que acompanha cada dado e ou informação nas tabelas 01 e 02, acima resumidas e analisadas. (BRASIL, 2005), especialmente ao longo do período pandêmico, que obrigou os diferentes sistemas de educação a oferecerem cursos e ou disciplinas na modalidade de educação a distância, nos diferentes níveis de educação, quase que exclusivamente por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação e ou de forma remota e ou híbrida.

De fato, os dados sistematizados nas tabelas 01 e 02 não só nos mostram o crescimento da Educação Superior, Presencial e a Distância - nosso tema de pesquisa - e que compreende o período histórico de 2000 a 2020, bem como nos permitem entender os motivos pelos quais muitos políticos, educadores e pesquisadores questionaram e ou criticaram a EaD na época. A resposta para isso tem dois vieses. Um desses representa o grupo formado por educadores que focaram e focam a discussão na implantação das novas metodologias, com a ajuda das tecnologias da informação e da comunicação e de novas maneiras de se ensinar e aprender, com base no que os teóricos da área pesquisaram e propuseram ao longo das três últimas décadas (GATTI, 2011).

Poppovic (1996), no entanto, nos alerta que, na época, muitos educadores optaram passivamente em resistir a essas e outras mudanças no intuito de se autoprotegerem das TICs.

Pesquisas têm indicado que a atitude dos professores em relação a novas tecnologias educacionais distribui-se numa curva normal. À direita da curva há cerca de 7% a 10% de professores altamente motivados para a incorporação da tecnologia. Destes, boa parte possui um computador em casa; todos são favoráveis ao “novo”. À esquerda da curva, verifica-se que 15% são “fóbicos” no que se refere à tecnologia. Eles “odeiam” computadores e racionalizam seu medo de inovações usando toda sorte de argumentos. Entre esses polos, a grande maioria dos professores está num *continuum*. Representam aproximadamente 75% do professorado (POPPOVIC, 1996 p.05).

4 ALGUMAS ANÁLISES SOBRE OS DADOS PESQUISADOS JUNTO AOS CENSOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO INEP

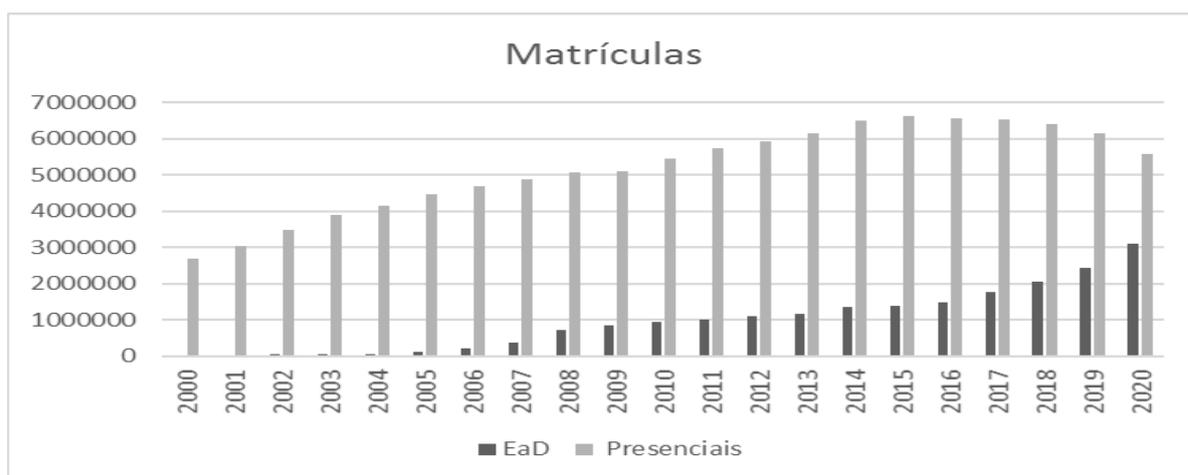
Depois de apresentarmos, de forma resumida e seletiva, um conjunto de dados e ou de informações extraídas dos Censos da Educação Superior do país nas duas últimas décadas, com base na modalidade de educação presencial e a distância e nas categorias de cursos,

matrículas, ingressantes e concluintes, passamos, agora, a fazer algumas análises a partir dos dados e ou das informações coletadas e organizadas no subitem anterior. Para isso, extraímos os dados brutos dos censos, já organizados no 3º subitem, e com a ajuda de um software do Word, criamos **duas figuras**, a partir das categorias de matrículas, ingressantes e concluintes, privilegiadas neste estudo e, a partir dessas figuras, buscamos explicitar a evolução do número de matrículas efetivadas nos diferentes cursos presenciais e a distância; em outra figura, procuramos explicar a evolução do número de alunos ingressantes e concluintes por ano, em ambas as modalidades de educação, nas duas últimas décadas.

Desse modo, realizamos o presente estudo cientes de que, ao selecionarmos determinadas categorias para problematizar e discutir neste subitem, muitas outras categorias iriam ficar fora deste estudo. De fato, muitas outras categorias deixaram de ser discutidas e problematizadas neste artigo porque nós nos propusemos a estudar e discutir, de forma comparativa, o grande tema da ‘Educação Presencial’ e da ‘Educação a Distância’, bem como procuramos problematizar as categorias relacionadas ao grupo de alunos ingressantes e concluintes, de ambas as modalidades de educação. Buscamos também discutir algumas diferenças e semelhanças entre ambas as modalidades de educação, visto que essa é uma das maneiras de se trabalhar com o método comparativo.

Mais especificamente, procuramos discutir e analisar, a partir do método comparativo, em especial a partir de semelhanças e diferenças entre ambas as modalidades de educação, bem como entre as categorias de ingressantes e concluintes, que foram organizadas didaticamente, em duas figuras para fazermos a presente análise. Assim, procuramos apresentar e analisar o número de alunos matriculados em cada modalidade de educação e buscamos construir uma outra figura que nos auxiliasse na visualização do número de alunos ingressantes e concluintes em cada uma das modalidades de educação, bem como de visualizar todo o processo de crescimento de cada modalidade de educação. A partir dessas duas figuras, extraídas das tabelas 01 e 02 do subitem anterior, procuramos analisar como e por que essas categorias tiveram um crescimento tão significativo nas duas últimas décadas e por que continuaram crescendo, mesmo em meio à crise política e econômica do país da segunda metade da década de 2010.

Figura 01 – Evolução do número de matrículas efetivadas nos diferentes cursos presenciais e a distância, credenciados ao longo do período analisado.



Fonte: Desenvolvida pelos autores a partir das tabelas 01 e 02 deste artigo, e dos Censos da Educação Superior do INEP. (BRASIL, 2020).

Nessa **Figura 01**, logo acima, buscamos elucidar comparativamente a expansão das modalidades presencial e a distância de educação no país, quanto ao número de alunos cadastrados em ambas as modalidades de Educação, nas duas últimas décadas. Aliás, por meio dessa figura, é possível afirmar e ou reafirmar que o crescimento do número de alunos ingressantes na modalidade presencial é quase cinco vezes maior do que o crescimento do número de alunos ingressantes na modalidade EaD.

Porém, um olhar mais atento sobre a mesma figura nos permite identificar que há, de fato, um crescimento constante, ascendente e proporcional muito maior no número de alunos ingressantes na modalidade presencial do que na modalidade a distância, como a figura 01 nos desvela. Mas, para além dessa observação, cabe destacar que, nessa nossa análise da figura 01 é possível observar que, entre os anos 2008 e 2014, a mesma figura revelou uma tendência de crescimento em ambas as modalidades de educação, ainda que essa tendência passasse a ser vista como algo quase linear ou polinomial. Apesar de os valores nominais retratados na figura 01 se referirem aos resultados de um levantamento realizado pelos pesquisadores do artigo junto ao Censo da Educação Superior do INEP, no qual também se observou que essas informações, mesmo sendo díspares em sua ordem de grandeza, também evidenciaram uma certa coerência na expansão de ambas as modalidades de educação no país.

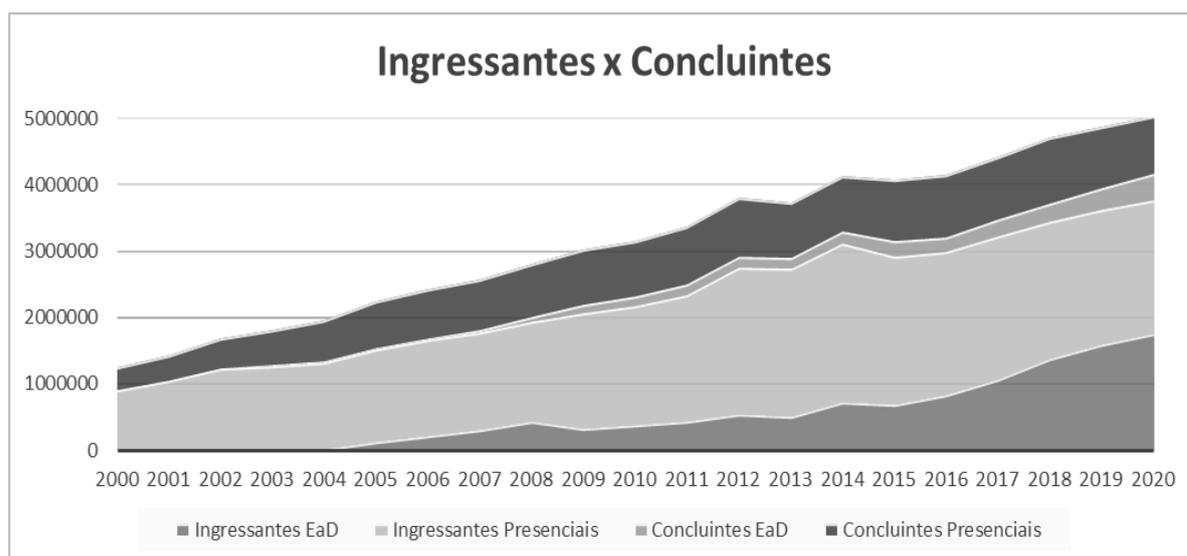
Além disso, cabe lembrar que não podemos deixar de considerar, nesse período, o crescimento linear ascendente, que aliás é muito forte, na abertura de novos cursos e de novas disciplinas nas modalidades a distância e presencial, em especial ao longo da década de 2000, momento em que o governo federal começou a regulamentar a legislação na área da EaD, bem como criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para inserir as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) na modalidade a distância da Educação (BRASIL, 2006).

Além disso, cabe destacar que, ao longo de toda década de 2000, criou-se toda uma discussão em torno da modalidade a distância de Educação e que, aliás, se tornou um dos grandes temas a serem debatidos arduamente pelos professores pesquisadores, pelo poder executivo e casas legislativas, bem como pela academia e pelas escolas, em suas reuniões, cursos e eventos científicos, entre tantos outros lugares e espaços que se abriram naquele momento, para que o poder público e a sociedade organizada criassem democraticamente um conjunto de leis, normas e regras para disciplinar a EaD no país e, assim, reafirmar a importância e a necessidade dessa modalidade de educação no país.

Outras questões importantes que emergiram dos dados e ou das informações disponibilizadas pelo INEP, sobre os censos da educação superior do Brasil, tem a ver com o conjunto de contradições que emergiram entre os dados dos censos compilados nas duas tabelas, do terceiro subitem e que, de alguma forma, se alimentaram ou não de consensos neoliberais, e que, muitas vezes, permeavam as políticas públicas brasileiras na área. De fato, as duas tabelas do subitem três deste artigo revelam que muitos teóricos, políticos, educadores e educandos do país, ao se posicionarem a favor da educação superior presencial e contra a educação superior pública e privada na modalidade a distância, evocaram diferentes categorias para defenderem suas ideias, mas, ao fazerem isso criaram um conjunto de contradições, algumas das quais priorizamos, a partir das categorias prévias de matrículas, alunos ingressantes e concluintes, bem como das duas modalidades de Educação.

Para ajudar a explicitar essa e outras contradições, também criamos as figuras 01 e 02, que foram alimentadas com dados extraídos das tabelas 01 e 02, criadas e organizadas no subitem anterior e que, agora, nos ajudam a problematizar, de forma resumida, quanto ao número de alunos ingressantes e concluintes ao longo do período histórico aqui pesquisado de forma comparativa. Assim, ambas as figuras são importantes, porque nos permitem visualizar um crescimento linear ascendente da EaD a partir de 2004. Já na educação presencial observamos que, a partir de 2016, começaram a surgir pequenas oscilações para baixo, tanto no número de alunos ingressantes como no número de alunos concluintes.

Figura 02 – Evolução do número de alunos ingressantes e concluintes, por ano, nas duas últimas décadas.



Fonte: Figura criada pelos autores a partir da análise das tabelas 1 e 2 deste artigo. (BRASIL, 2020).

Assim, analisando melhor a figura 02, é possível observar que ambas as modalidades de educação aqui estudadas, já começaram a ter um processo lento de crescimento linear ascendente, desde meados da década de 1990, época em que a educação superior brasileira começou a ter um forte crescimento em todo o país, tanto no número de alunos ingressantes, quanto no número de alunos concluintes nas diferentes instituições de educação superior.

No entanto, se compararmos o número de alunos ingressantes de ambas as modalidades com o número de alunos concluintes das mesmas modalidades, em um mesmo período histórico ‘ano a ano’, é possível observarmos que o número de alunos concluintes nunca chegava a um sexto do número de alunos ingressantes. Ou seja, tem-se aí um significativo índice de retenção e/ou de evasão de alunos em ambas as modalidades de educação.

Porém, ao olharmos comparativamente para os alunos ingressantes e concluintes a partir das tabelas 01 e 02, bem como a partir das figuras 01 e 02 logo acima, é possível observarmos que, de forma geral, o número de alunos ingressantes em ambas as modalidades de educação sempre apresentava uma diferença de 20% ou 30%, ou seja, o número de alunos concluintes sempre era menor do que o número de alunos ingressantes. No entanto, a diferença no número de alunos ingressantes e de alunos concluintes, no nosso entendimento, sempre estava relacionada aos alunos que, por diferentes razões, desistiram ou trocaram de curso e, ou mesmo trocaram de modalidade de educação, visto que os mesmos não tinham autonomia, responsabilidade e organização suficientes para estudarem em cursos oferecidos na modalidade a distância. Além disso, muitos alunos não tinham uma conexão de internet capaz de acessar o curso, buscar as informações solicitadas, selecionar as informações que

mais se aproximavam das dicas dadas pelos professores, nem capacidade de sintetizar as temáticas estudadas e reorganizar todo o saber e ou toda a informação apreendida, bem como reescrevê-la e publicizá-la.

Para além destas questões, também gostaríamos de destacar outros aspectos que apareceram na análise desses Censos da Educação Superior, como essa que fala das matrículas em ambas as modalidades de educação. Ou, mais especificamente, “Entre 2010 e 2020, as matrículas dos cursos de graduação a distância aumentaram 233,9%, enquanto na modalidade presencial esse crescimento foi de apenas 2,3% nesse mesmo período” (BRASIL, 2020, p. 26). Já quanto ao número de alunos ingressantes observou-se que, entre 2010 e 2020, “[...] o número de alunos ingressantes variava negativamente 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos à distância esse número aumentou 428,2%”. Além disso, também é importante destacar que, em 2010, a participação percentual total dos alunos ingressantes em cursos de graduação a distância era de apenas 17,4%, e em 2020 essa participação da EaD, passou a ser de 53,4% do total de alunos inscritos (BRASIL, 2020, p. 26).

Aliás, uma das questões mais gritantes quanto ao número de alunos ingressantes é o fato, de que, em 2000, o número de inscritos na modalidade a distância já havia chegado a 1.682 alunos, em três anos e, em um período de mais quatro anos (2004), esse número de alunos inscritos atingiu o impressionante número de 59.611 matrículas. Quanto ao número de alunos ingressantes entre os anos de 2000 e 2004 há, sem dúvida, dados muito instigantes, uma vez que esses dados fora da curva estão relacionados ao fato de que, nesse período, ainda não existiam regras mais claras para se estudar na modalidade a distância.

Já quanto ao número de estudantes ingressantes em cursos nas modalidades a distância e presencial, também cabe destacar que o maior aumento de cursos e alunos ficou por conta da elevação constante do número de matrículas de alunos ingressantes, efetuadas na modalidade EaD e que, a partir de 2006, também contou com os alunos da UAB das universidades federais e, a contar de 2010, também contou com os cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos pelos Institutos Federais de Educação (IFES) que também começaram a oferecer cursos na modalidade a distância, pôr meio da UAB.

Estudando essas e outras políticas públicas adotadas na época pelo governo brasileiro, constatamos igualmente que, grande parte do crescimento do número de alunos ingressantes e concluintes estava relacionado diretamente com a criação da “Universidade Aberta do Brasil” (UAB), em 2006, bem como pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado em 2007 e, a partir de 2009, por meio dos Institutos Federais de Educação (IFES) que também passaram a oferecer cursos de nível médio e superior por meio do programa da UAB. E, para

além da UAB, também foram instituídos, nessa época, diferentes programas educacionais para oferecer diferentes formas de acesso à educação superior gratuita, como é o caso do “Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI), criado em 2008 e do “Sistema de Seleção Unificada” (SISU), criado em 2012. Já em nível privado observamos que o governo federal disponibilizou dois programas que impactaram e muito, nas IES particulares: são eles o Programa “Universidade Para Todos” (PROUNI), criado em 2005, bem como o Programa de “Financiamento Estudantil” (FIES), criado em 1975 e reestruturado várias vezes, para possibilitar um maior e ou menor acesso dos estudantes ao programa (CARNEIRO, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo temos consciência de que a evolução da Educação Superior no Brasil tem uma ligação profunda com as políticas do Banco Mundial (BM) para a Educação (MELLO, 2015), como também, temos consciência de que a Educação superior está intrinsecamente ligada às políticas neoliberais do BM, como destaca Santos (2002), entre outros teóricos da época. E mais, nos tempos atuais, as políticas educacionais do BM vem se apresentando de formas mais heterogêneas em nosso país, visto que as mesmas ‘volta e meia’ entram e ou entram em luta com as políticas educacionais contra hegemônicas, no intuito de garantir que as políticas públicas neoliberais pudessem se sobrepor às outras políticas públicas na área. Nas três últimas décadas, essas políticas públicas contra hegemônicas procuraram se sobrepor às políticas públicas de educação hegemônicas, entrando assim em luta com os grupos neoliberais, mostrando as diferentes faces que esses grupos têm e que, ainda hoje mostram essa sua luta, quer seja por meio do emprego da força, do sentimentalismo, das ‘fake news’ e ou até mesmo em suas fraquezas e limitações.

Mais especificamente, a Constituição de 1988 garantiu por alguns anos uma nova perspectiva à educação brasileira, visto que ela foi elaborada com a ajuda de centenas e milhares de pessoas que, por meio da sociedade organizada e de abaixo-assinados foram influenciando o poder legislativo, para que os poderes legitimamente constituídos também colocassem em votação as propostas advindas da sociedade organizada e que foram sendo incorporadas na Constituição de 1988, porém advindas do povo brasileiro e em especial, da sociedade organizada e de propostas advindas do meio popular.

Essa política neoliberal que, em meados da década de 1990, começou a alterar a própria Constituição de 1988 para garantir e ou para adequar a mesma aos princípios

neoliberais, bem como trabalhou para que essa política pública também passasse a nortear as leis complementares da Constituição de 1988. Já a LDB nº 9.394/96 foi elaborada no auge do contexto neoliberal. Assim, esse projeto neoliberal também passou a ‘minar’ o pensamento marxista do país e rapidamente passou a impor a sua ideologia nas diferentes camadas sociais e ou para todos os brasileiros, inclusive passou a nortear e reorientar as políticas públicas para a educação na época.

Mesmo assim, e ou para além desse contexto neoliberal, a Educação a Distância passou a receber um novo impulso na década de 1990, uma vez que tanto a Constituição de 1988 como a nova LDB contemplaram a EaD, enquanto uma nova modalidade de educação. Espaço esse que logo foi sendo ocupado por um conjunto de professores e pesquisadores para introduzirem as tecnologias da informação e da comunicação na educação. Essa política depois passou a ser introduzida no ensino superior e criou tamanha força que nem a regulamentação dessa modalidade de educação foi capaz de frear o seu crescimento no país, a partir das décadas de 2000 e 2010.

Além disso, também observamos ao longo desse estudo que existia um considerável número de alunos que migraram da educação presencial para a educação a distância, bem como é possível observar que a modalidade de educação a distância, também buscou outros alunos, em especial a partir de 2020, época em que a modalidade de EaD deu um salto enorme, quanto ao número de alunos ingressantes e concluintes nessa modalidade a distância de educação em função do Covid-19. Além disso observamos ainda que muitos alunos da modalidade presencial de educação migraram para a educação híbrida ou remota, uma vez que a pandemia do Corona vírus fechou as escolas da modalidade presencial de educação e, quase toda a educação do mundo passou a ser oferecida na modalidade a distância.

E mais, observamos que, ao longo das décadas de 2000 e 2010, a modalidade a distância de educação apresentou um crescimento inicial bem tímido, se compararmos essa modalidade de educação com o número total de alunos que optaram por estudar na modalidade presencial. No entanto, ao estudarmos comparativamente a EaD com a modalidade presencial de educação, observamos que o crescimento da educação a distância, ao longo de todo o período estudado, apresentou um crescimento contínuo muito mais expressivo do que o da modalidade presencial de educação e mais expressivo ainda, se compararmos o crescimento da educação a distância com a educação presencial, na segunda metade da última década, como o mostram, muito bem, as figuras 01 e 02, mesmo que, em números absolutos, a educação presencial ainda tenha mais alunos do que a EaD.

Apesar disso, temos consciência de que ainda existem muitas questões que precisam ser pensadas e ou repensadas pelos diferentes interlocutores da educação, entre os quais destacamos a questão do envio de material científico e tecnológico, bem como da manutenção dos ‘Hardwares’; a criação de *Softwares free* e atualizados, além da criação de espaços físicos com uma infraestrutura mais adequada e com laboratórios de informática maiores e melhores nas escolas conveniadas, além da necessidade de se aprimorar a formação continuada dos professores e da necessidade de se aprimorar a qualidade e a equidade da educação em ambas as modalidades de educação, entre tantas outras questões.

Além disso, também nos convencemos de que ainda se faz necessário que todos os sujeitos envolvidos com a educação atuem no sentido de qualificar sempre mais ambas as modalidades de educação, cientes de que precisa aumentar consideravelmente o número de pais, professores e alunos que preferem estudar de forma autônoma, responsável, dialógica e a distância, principalmente em nível de graduação e pós-graduação. Já outras pessoas preferem continuar estudando de forma presencial e cabe às Instituições Superiores de Educação criar a infraestrutura física e tecnológica necessária para atender essas novas demandas em ambas as modalidades de educação, bem como o de oferecer uma educação de qualidade e equidade, em ambas as modalidades de educação.

Para que isso possa ocorrer se faz necessário que os professores sejam qualificados na área em que foram contratados e ou que se contrate professores competentes para se poder realizar essas e outras mudanças nas diferentes instituições educacionais. E mais, esses profissionais precisam ajudar os professores e os alunos a trabalharem com a nova e diferente realidade escolar, bem como precisam ajudar a estimular o uso das tecnologias na educação, otimizando e dinamizando assim a construção do saber e ou do conhecimento escolar complexo, visto que a escola de hoje está inserida em uma sociedade complexa. E a escola precisa educar os alunos para que esta nova realidade possa ser apreendida por todos, porém, não esquecendo de qualificar mais a formação humana, cidadã e tecnológica, ajudando assim a diminuir as dificuldades e os medos que alunos e professores têm em se inserirem nesse novo contexto educacional, a EaD.

Por fim, cabe destacar que, até a elaboração deste artigo, os dados disponíveis no INEP sobre os Censos da Educação Superior ainda não contemplavam os resultados de 2022, o que não nos permitiu discutir de forma mais intensa a mudança em ambas as modalidades de Educação que ocorreu a partir de 2020, consequência do Covid-19. No entanto, ao observarmos a Figura nº 02, já é possível observar que existe uma mudança no número de cursos, mas ainda não é possível afirmar qual é a real proporção dessa mudança, motivo pelo

qual deixamos essa questão para futuras pesquisas. Estamos cientes de que a Covid-19 também produziu mudanças profundas na educação de todos os países do mundo. E mais, o Covid-19 revelou-se um divisor de águas. Ou seja, todas as atividades humanas foram afetadas, de uma ou outra forma, inclusive a educação; com isto nada pode ser como antes o que permite que a EaD passe a ser vista e integrada enquanto mais uma ferramenta e ou um meio para se aprender e educar, de sorte que cabe a cada um de nós, educadores, pesquisadores e gestores, o ato de repensar a educação escolar e oferecer a todos os estudantes do mundo uma formação humana e técnica capaz de formar o cidadãos do século XXI.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**, 3ª ed. – rev. e ampl. – São Paulo: Moderna 2006.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior do Brasil: (De 2000 até 2020)**. Disponível em: [Censo da Educação Superior — Inep \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). (link de acesso a todos os Censos da Educação Superior do Brasil). Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

BRASIL. CAPES - Universidade Aberta do Brasil (UAB) - instituído pelo **Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 13/07/2020.

BRASIL. Conheça a diferença entre o ensino presencial e a distância. **O programa Educa Brasil**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/conheca-a-diferenca-entre-o-ensino-presencial-e-a-distancia>. Acesso em: Dezembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09/03/2020.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Decreto lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Aprova a lei de diretrizes e bases da educação brasileira. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27839, de 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Presencial e a Distância** – Página oficial do MEC. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/conheca-a-diferenca-entre-o-ensino-presencial-e-a-distancia>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. **Decreto nº 5.622 de 2005**, que anula os decretos nº 2.494 e 2.561 de 1998 e regulamenta o disposto no artigo 80 da LDB nº 9.394/96 em outro patamar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 06/03/2020.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004**. Que dispõe sobre a autorização e reconhecimento de cursos sequenciais da educação superior e que substituiu a Portaria do MEC nº 301/1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf. Acesso em: 14/05/2020.

CARNEIRO, M. A.. **LDB Fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 24. ed. revista, atualizada e ampliada Petrópolis: Vozes, 2018.

CASTELLS, M.. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1, 9ª ed. Trad. Majer, R. V. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DELLORS J.. **Educação**: Um tesouro a descobrir. - 2ª ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999

DOURADO, L. F. (Org.). **Plano Nacional de Educação (PNE)**: Políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2011. Disponível em: PNE-politicas-e-gestao-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf (seminariosregionaisanpae.net.br). Acesso em: 06/03/2022.

GATTI, B. A., BARRETTO, E. S. de Sá E ANDRÉ, M.. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte – Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A.. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. V. 13, n.37, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24/04/2023.

LIMA, T. C. S. de & MIOTO, R. C. T.. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: [Vista do Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica \(ufsc.br\)](http://Vista do Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica (ufsc.br)). Acesso em: nov. 2015.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M.. (Orgs). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. - 6ª ed. - 3ª reimpr. – São Paulo: Atlas 2006.

MELLO, H. D. A.. O Banco Mundial e a Reforma Educacional no Brasil: A Convergência de Agendas e o papel dos Intelectuais. In: PEREIRA, João Márcio Mendes et al. **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). 2015.

MOORE, M; KEARSLEY, G.. **Educação a distância**: uma visão integrada. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning. 2010.

AUTOR. As políticas educacionais a distância em uma sociedade globalizada. Rio Grande do Norte: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 37, n. 23, p. 76-98, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3978/3245>. Acesso em: abril de 2023.

AUTORES. Políticas públicas brasileiras de EaD no ensino superior: evolução histórica e algumas análises. Blumenau: **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, v.14, n.2, supl.1, p.858-884, out./nov. 2019-. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/7188>. Acesso em: 15/04/2023.

POPPOVIC, P. P.. **Educação a distância**: problemas da incorporação de tecnologias educacionais modernas nos países em desenvolvimento. Em *Aberto*, Brasília, v. 16, n.70, abr. / jun. 1996.

SANTOMÉ, J. T.. **A Educação em tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, B. de S.. Os processos da globalização. In. SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, P. P. de. **LDB e Educação Superior**: Estrutura e Funcionamento. 2ª ed. São Paulo: Pioneira/Thomson, 2001.

TORRES, R. M.. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge e Haddad, Sérgio. **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez editora, (1996).

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.